



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2013/2015**
3 **(6ª Sessão ordinária)**
4
5

6 **Data:** 21 de agosto de 2015, 14h00min.

7 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

8 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.
9

10
11 Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, no plenário da sede da
12 Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido
13 previamente convocados, reuniram-se na sexta sessão ordinária os membros da OAB/TO
14 eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente
15 Epitácio Brandão Lopes; Vice-Presidente Rubens Dario Lima Câmara, Secretário-Geral
16 Paulo Saint Martin de Oliveira, Diretor-Tesoureiro Pompílio Lustosa Sobrinho.
17 **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex
18 Hennemann, Antônio Ianowich Filho, Célio Alves de Moura, Dorema Silva Costa,
19 Fernando Palma Pimenta Furlan, Fernando Rezende de Carvalho, José Augusto Bezerra
20 Lopes, Orlando Rodrigues Pinto, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira
21 Nunes, Pedro, Carvalho Martins, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes
22 Garcia e Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães Chegury, e dos **Conselheiros Estaduais**
23 **Suplentes:** Alexandre Abreu Aires Junior, Marcio Gonçalves Moreira, Roger de Melo
24 Ottaño. **Conselheiros Federais:** Ercílio Bezerra, Gedeon Pitaluga e Carlos Augusto
25 Pinheiro. **Ausências justificadas:** Secretária-Geral Adjunta Heloisa Theodoro Cunha,
26 Conselheiros Estaduais Saulo de Almeida Freire, Dinalva Maria Bezerra Costa e Leontino
27 Labre Filho. A seguir, verificado o *quórum* legal, o Presidente do Conselho Seccional
28 declarou aberta a sessão, saudou os presentes e desejou sucesso nos trabalhos do dia e
29 parabenizou os aniversariantes dos meses de julho: Conselheiro Federal André Barbosa,
30 Conselheiros Estaduais Marinólia Reis, Antônio Marcos Ferreira, Renato Godinho,
31 Marcelo Neves, Daiany Jácomo, Tesoureira da CAATO Kellen do Vale, Presidente da
32 Subseção de Colinas do Tocantins Sérgio Wacheleski e Vice-Presidente da CAATO Márcio
33 Martins; e do mês de agosto: Conselheiros Estaduais Murilo Machado, Orlando
34 Rodrigues e Célio Moura. Após, o Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a
35 Ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade, com abstenção do
36 Conselheiro Antônio Ianowich, que estava ausente naquela sessão e está retornando ao
37 Conselho nesta sessão. Presenças do Ex-Presidente Coriolano Santos Marinho, do
38 Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, do Presidente da Subseção de
39 Araguaína José Hilário, da Presidente da Comissão de Direito Previdenciário Dinalva
40 Costa, do Presidente da Comissão de Esportes Rolf Vidal, do Presidente da Subseção de
41 Taguatinga Irazon Júnior, dos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
42 Henrique Pereira e Hélio Eduardo da Silva, e do Presidente da Comissão de Precatórios
43 Paulo Roberto de Oliveira. Após, o Presidente Epitácio Brandão esclareceu que a sessão
44 do Conselho Estadual que estava marcada para ocorrer em Araguaína, como forma
45 indireta de cobrar agilidade na construção do fórum local, foi cancelada em virtude do
46 reinício das obras do fórum pela construtora. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão
47 franqueou a palavra ao juiz membro do TRE/TO Henrique Pereira, que discorreu sobre
48 campanha contra a corrupção patrocinada pelo Ministério Público Federal e que foi
49 encampada pela Justiça Eleitoral no Tocantins, informou ainda que o Procurador Geral
50 do MPF no Tocantins fará pessoalmente o convite para que a OAB/TO também encampe
51 essa luta. Ante a ausência momentânea do Procurador Geral do MPF no Tocantins, o
52 Presidente Epitácio Brandão agradeceu a participação do Dr. Henrique Pereira e disse
53 que assim que o Procurador Geral chegar lhe será franqueada a palavra. Em seguida
54 passou ao **item 02 da pauta:** franqueada a palavra à Presidente da Comissão de Direito
55 do Consumidor Priscila Martins, esta disse que reuniu com o SINCODIV – Sindicato dos



1 Concessionários e Distribuidores de Veículos sobre a portaria do DETRAN/TO que
2 submete os veículos novos a vistoria obrigatória, que em reunião com a Diretoria da
3 OAB/TO ficou decidido o ajuizamento de ação contra essa portaria, que após a
4 divulgação dessa decisão o DETRAN/TO comunicou que iria alterar a portaria, mas a
5 alteração ficou pior, pois somente fixou prazo para que os veículos novos sejam
6 submetidos a vistoria, que o Tocantins não é o primeiro Estado da Federação a tentar
7 implantar essa vistoria, que nos outros Estados as portarias foram derrubadas pelo
8 Judiciário, propõe que a OAB/TO tome as medidas judiciais cabíveis, submetido a
9 apreciação e votação, o Conselho Estadual aprovou por unanimidade a impetração da
10 medida judicial competente, ficando autorizada a Presidente da Comissão de Direito do
11 Consumidor Priscila Martins a tomar as providencias necessárias; a Dra. Priscila Martins
12 informou ainda que no dia dezesseis de setembro a Comissão de Direito do Consumidor
13 realizará um seminário sobre Direito do Consumidor no auditório da OAB/TO. A
14 Conselheira Dorema Costa solicitou que a Comissão de Direito do Consumidor faça
15 estudo sobre o atendimento aos associados da Unimed/Palmas. Após, o Presidente
16 Epitácio Brandão pediu licença para ausentar-se momentaneamente da sessão e passou
17 a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente Rubens Dário, o qual colocou em
18 apreciação o **item 01 da Pauta**: Apresentação do procedimento de conciliação pré-
19 processual no Juizado Especial Cível da Comarca de Guaraí/TO: o Vice-Presidente
20 Rubens Dário informou que a Subseção de Guaraí concordou com esse procedimento,
21 que também já ocorre em Gurupi, que é uma antecipação da conciliação, sem que o
22 processo tenha que ir de imediato para o Juiz, que a intenção é comunicar tal fato ao
23 Conselho Estadual. Em seguida passou-se ao **item 03 da Pauta**: Apresentação,
24 discussão e votação dos balancetes dos meses de maio e junho de dois mil e quinze da
25 OAB/TO: o Presidente da Comissão de Orçamento e Contas, Conselheiro Rodrigo Otávio,
26 disse que do ponto de vista contábil a manifestação da Comissão é pela aprovação dos
27 dois balancetes, que a documentação está muito bem organizada, as receitas e despesas
28 são identificadas de forma pormenorizada, que também foi apresentado certidão negativa
29 do Cartório de Protestos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Federais e
30 Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certificado de Regularidade do
31 FGTS-CRF e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral perante a Receita
32 Federal, que tais certidões deverão integrar a Ata, que manifesta a preocupação da
33 Comissão pelo fato de os gastos continuarem superiores às receitas, que dos débitos
34 anteriores, que eram de cerca de seiscentos mil reais, resta cerca de cento e oitenta e
35 sete mil reais a pagar, e que novas despesas foram feitas, sendo que o passivo aberto é
36 de pouco mais de seiscentos e quarenta e oito mil reais, que pouco evoluímos desde o
37 final do ano passado, vez que continuamos devendo quase o mesmo valor, que a Ordem
38 vem mantendo o valor do débito muito elevado, que parte desse problema é devido a
39 inadimplência, nos seguintes valores: um milhão quinhentos e quarenta e seis mil
40 oitocentos e setenta reais e quarenta centavos referente ao ano de dois mil e quinze, um
41 milhão quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e vinte e sete reais e trinta centavos
42 referente ao ano de dois mil e quatorze, um milhão e dezesseis mil trezentos e oito reais e
43 sete centavos referente ao ano de dois mil e treze, e um milhão oitocentos e oitenta e um
44 mil seiscentos e sessenta e cinco reais e onze centavos referente aos anos de dois mil e
45 nove a dois mil e doze, que somando tudo temos cinco milhões novecentos e vinte e três
46 mil cento e setenta reais e oitenta e oito centavos a receber, apenas de inadimplência de
47 anuidades, que os advogados não estão cumprindo suas obrigações com a Ordem, que
48 houve avanço com as execuções judiciais, mas entende que os gestores estão com
49 dificuldade de balancear despesas e receitas, que o deixa constrangido o fato de estarmos
50 devendo à nossa advogada Dra. Eliana, que a mesma deve ser valorizada, que o débito é
51 superior a cinqüenta mil reais, referente a honorários de sucumbência em ações
52 judiciais, que tal dívida deve ser regularizada, devemos priorizar a utilização dos
53 recursos, que o Baile do Rubi foi deficitário em cerca de cento e doze mil reais, a Corrida
54 do Advogado foi deficitária em cerca de vinte e cinco mil reais, o Arraiá da Ordem em
55 aproximadamente dezoito mil reais, que é questão de priorizar as despesas, que a



1 Comissão de Orçamento e Contas faz um alerta para identificar os gargalos, que o
2 Conselho Federal enviou apenas trinta por cento do valor necessário para pagamento da
3 folha salarial, que os ticket alimentação estão com os pagamentos atrasados, que com
4 essas sugestões a Comissão opina pela aprovação dos balancetes. Durante a exposição
5 do Conselheiro Rodrigo Otávio o Presidente Epitácio Brandão reassumiu a condução dos
6 trabalhos e após disse que esteve em Brasília atrás de recursos para pagar a folha e
7 ouviu do Presidente do Conselho Federal que a crise é geral, que as receitas estão
8 diminuindo em todas as Seccionais, informou que realmente os repasses do Conselho
9 Federal estão diminuindo mês a mês, que tivemos que conceder aumentos aos
10 funcionários, por conta da data-base, que o Baile do Rubi, a Corrida do Advogado e o
11 Arraiá da Ordem são eventos tradicionais na estória da OAB/TO, que temos um lado
12 social da advocacia que deve ser atendido, que todos os bailes na estória da Ordem foram
13 deficitários, que quando o Presidente Ercílio Bezerra encerrou seu mandato foi
14 repassado um crédito de anuidades atrasadas a receber de pouco mais de três milhões e
15 meio de reais, que menos da metade dos advogados estão pagando as anuidades, que
16 também ficou estupefato quando soube a respeito da Dra. Eliana, que os honorários dela
17 não devem entrar no caixa da Ordem, que essa dívida será quitada com prioridade, que
18 atualmente a dívida da OAB/TO já é bem menor, que encerraremos essa gestão sem
19 débitos pendentes, o Conselheiro Rodrigo Otávio, respondendo ao Conselheiro Alex
20 Hennemann, disse que, em relação a aprovação dos balancetes, não há ressalvas, e sim
21 ponderações, submetido a discussão e votação, os balancetes de maio e junho de dois
22 mil e quinze da OAB/TO foram aprovados por unanimidade. Em seguida passou-se ao
23 **item 04 da Pauta:** Apresentação, discussão e votação do balancete do mês de junho de
24 dois mil e quinze da CAATO: o Conselheiro Pedro Martins, da Comissão de Orçamento e
25 Contas, disse que o parecer da Comissão é pela aprovação sem ressalvas do balancete do
26 mês de junho de dois mil e quinze da CAATO, submetido a discussão e votação, foi
27 aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão comunicou que
28 as contas da administração do Ex-Presidente Ercílio Bezerra foram aprovados pelo
29 Conselho Federal, que os parabéns são extensíveis a toda a Diretoria (Ercílio Bezerra,
30 Epitácio Brandão, José Hilário, Pompílio Lustosa e José Augusto), que quando Ercílio
31 Bezerra entregou a administração tinha patrimônio superior a três milhões e setecentos
32 mil reais, patrimônio real líquido, que deixou em caixa ativo de cerca de dezessete mil
33 reais, e receitas a receber de pouco mais de três milhões e meio de reais, que foi uma
34 administração feita com seriedade e dinamismo. O Conselheiro Túlio Chegury agradeceu
35 as palavras elogiosa do Conselheiro Rodrigo Otávio à Dra. Eliana, advogada da OAB/TO,
36 e manifestou sua indignação com o tratamento descortês de familiares de um devedor de
37 anuidade em relação a Dra. Eliana, que no TED a atuação da Dra Eliana é muito boa,
38 que os processos no TED são sigilosos, que exige respeito aos servidores e membros do
39 TED, que já estamos próximos ao pleito eleitoral da OAB, que devemos nos respeitar. Em
40 seguida passou-se aos **itens 05 a 20 da Pauta:** Apresentação, discussão e votação de
41 Distrato de Registro da Sociedade Simples sob denominação Pimpim & Rocha Coelho
42 Advogados Associados S/S e da Sociedade Simples Filial sob denominação Celso Marcon
43 Advogados Associados; de Registro das Sociedades Simples sob denominação Denise
44 Santana Fonseca e Advogados Associados S/S, Moraes e Lopes Advogados Associados,
45 D'Freire Advocacia, Furtado & Ramalho, Rabelo e Maciel Advogados Associados, Cotini
46 & Araujo Advogados Associados; de Alteração de Registro de Sociedades Simples sob
47 denominação Martins Aires, Marques e Damacena Advogados, Lopes & Vichmeyer
48 Advocacia, Barcelos & Janssen Advogados, Caetano Freitas & Pitaluga Advocacia e
49 Consultoria, Oliveira & Castro Advogados Associados, Ernesto Borges Advogados S/S; e
50 de Averbação de Sociedades Simples sob denominação Ohofugi e Azevedo Advogados
51 Associados e Gonçalves Advogados Associados, os pareceres da Comissão de Seleção e
52 Inscrição foram pelos deferimentos de todos os pedidos, submetidos a discussão e
53 votação em bloco, todos foram aprovados por unanimidade, com abstenção da
54 Conselheira Moema Neri. Na sequência, o Conselheiro Rodrigo Otávio pediu aos
55 Conselheiros Federais presentes que levem ao Conselho Federal um levantamento



1 relativo as inscrições das novas sociedades de advogados, fazendo um cotejo entre a
2 quantidade de inscrições no ano de dois mil e quatorze e a quantidade no ano de dois mil
3 e quinze, que a intenção é demonstrar para a Receita Federal o avanço após a
4 implantação do simples para os advogados, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra
5 informou que o Conselho Federal tinha esses números no Cadastro Nacional de
6 Sociedades de Advogados, o Presidente Epitácio Brandão disse que a OAB/TO fará esse
7 levantamento e enviará ao Conselho Federal. O Conselheiro Túlio Chegury retomou a
8 palavra e discorreu sobre a Comissão Eleitoral que foi nomeada pela Diretoria da
9 OAB/TO, que entende que o artigo trinta e um da seção seis do Regimento Interno da
10 OAB/TO diz que o Conselho Estadual deve referendar a nomeação da Comissão Eleitoral,
11 que alguns dos indicados não têm cinco anos de exercício da advocacia, que o parágrafo
12 primeiro do artigo trinta e um que elenca como requisito para integrar a Comissão o
13 prazo mínimo de cinco anos de exercício da advocacia, que alguns membros não
14 preenchem esse requisito, o Presidente Epitácio Brandão disse que tais questões já foram
15 detectadas e que será revista formação da Comissão, que seguiremos estritamente a
16 legalidade para formação da Comissão Eleitoral, o Conselheiro Antônio Ianowich disse
17 que o Provimento cento e quarenta e seis diz que o número de membros seria de no
18 mínimo cinco membros, o Presidente Epitácio Brandão disse que isso também será
19 revisto, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse que os bons exemplos devem ser
20 observados, que se dê oportunidade aos quatro pré-candidatos indicarem os nomes dos
21 integrantes da Comissão Eleitoral, o Presidente Epitácio Brandão disse que no seu
22 entender não é de bom alvitre que candidatos indiquem membros da Comissão, mas o
23 assunto será debatido, que teremos uma eleição transparente, de acordo com a lei, o
24 Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que foi importante para o processo eleitoral
25 passado a indicação dos nomes pela oposição, que foi experiência exitosa, que reitera a
26 posição do Conselheiro Federal Ercílio Bezerra, o Presidente Epitácio Brandão disse que
27 reunirá a Diretoria e deliberará sobre esse tema. Registrada a presença do Procurador do
28 Ministério Público Federal Dr. George Neves Lodder, Procurador Eleitoral Federal, que
29 ocupou a tribuna e discorreu sobre a campanha contra a corrupção desenvolvida pelo
30 Ministério Público Federal, com dez medidas destinadas a subsidiar um projeto de lei,
31 que tais medidas estão disponíveis no saite do Ministério Público Federal, conclama
32 todos os advogados a participarem dessa luta, que eventuais excessos ou pontos
33 discutíveis poderão ser discutidos no legislativo e aparadas as arestas, que o TRE/TO já
34 manifestou seu apoio a essa campanha, a exemplo da Polícia Militar, Polícia Federal,
35 Justiça Federal, etc., que é importante a participação da OAB/TO, que se possível seja
36 montado aqui um estande para receber as assinaturas no abaixo assinado, agradeceu a
37 atenção, o Presidente Epitácio Brandão solicitou ao Dr. Henrique Pereira que faça sua
38 manifestação, sendo dito por ele que acha interessante que OAB/TO abrace essa
39 campanha, que um dos dez itens é a prevenção à corrupção, fez a leitura dos dez itens, o
40 Presidente Epitácio Brandão disse que em princípio não há objeção, que a OAB/TO
41 poderá integrar essa campanha, o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse que
42 pessoalmente quer ver com mais cuidado a questão das prisões preventivas, mas
43 independente disso pede ao Dr. George Lodder que leve um posicionamento de parte da
44 advocacia tocantinense que sensibilize a atuação do Ministério Público Federal sobre a
45 atuação dos advogados previdenciaristas, que não é produtor criminalizar o exercício
46 da advocacia, que a ação judicial é legítima mas em nada contribui, deixa registrado esse
47 clamor, agradece a presença do Procurador em nossa casa, o Conselheiro Túlio Chegury
48 sugeriu que busquem também as universidades, pois lá também terão muitas
49 assinaturas, a Dra. Priscila Martins convidou o Procurador George Lodder para deixar
50 um estande para colher assinaturas no Congresso de Direito do Consumidor que será
51 realizado no dia dezoito de setembro. Retomada a discussão sobre a Comissão
52 Eleitoral, o Conselheiro Túlio Chegury questionou se há prazo legal para destituir a
53 Comissão Eleitoral e nomear nova, o Presidente Epitácio Brandão disse que não irá
54 destituir, apenas fazer correções, o Vice-Presidente Rubens Dário esclareceu que não há
55 necessidade de referendo do Conselho Estadual, que é prerrogativa exclusiva da Diretoria



1 a nomeação da Comissão Eleitoral, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que é louvável a
2 indicação pelos pré-candidatos, mas é ato privativo da Diretoria, que são apenas pré-
3 candidatos, e não candidatos definitivos, é contra essa indicação, que temos nomes
4 excelentes para compor essa Comissão, o Conselheiro Alex Hennemann disse que
5 discorda do entendimento do Conselheiro Alexandre Abreu, que entende democrático que
6 os pré-candidatos indiquem os membros, o Presidente Epitácio Brandão disse que até
7 terça-feira a Comissão será revista e novamente publicada a Portaria, o Conselheiro Célio
8 Moura disse que os nomes corretos devem ser referendados agora, o Conselheiro Federal
9 Ercílio Bezerra disse que essa Portaria deve ser revogada, ante existência de nomes que
10 não cumprem os requisitos, o Presidente Epitácio Brandão disse que a Portaria será
11 revogada e outra publicada até terça-feira. O Presidente Epitácio Brandão pediu
12 desculpas por ter que se retirar, e passou a presidência dos trabalhos para o Vice
13 Presidente Rubens Dário, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse, se referindo a
14 proposta de mutirão de conciliação pelo Superior Tribunal de Justiça, que essa idéia
15 poderá ser encampada a nível nacional, que o “pai da criança” é Presidente da Comissão
16 de Precatórios Paulo Roberto de Oliveira, que a idéia é que o Superior Tribunal de
17 Justiça faça um mutirão de conciliação regional, que sugeriu ao Dr. Paulo Roberto que
18 faça uma relação de todos os advogados que têm processos no STJ e envie aquele
19 Tribunal, que designaria um Ministro ou mesmo um Magistrado local para fazer esse
20 mutirão, o Vice Presidente Rubens Dário parabenizou o Dr. Paulo Roberto, o qual disse
21 que a idéia é o advogado encaminhar o número do processo e valores pretendidos, que
22 seria interessante o advogado apresentar os cálculos para facilitar o acordo, solicita a
23 ajuda da Ordem nessa empreitada. O Conselheiro Federal Ercílio Bezerra discorreu sobre
24 o mau atendimento aos advogados na Caixa Econômica Federal, disse sobre exigência
25 absurda para reconhecer em Cartório a validade de uma procuração pública lavrada em
26 outro município, que a gerente da agência disse que não conhece o SIGEPE, que a
27 Ordem precisa tomar uma providencia efetiva em relação a esse tratamento
28 desrespeitoso às nossas prerrogativas, pois ocorre em todo o Estado. O Vice-Presidente
29 Rubens Dário disse que o Conselheiro Roger Otano, da Procuradoria de Prerrogativas,
30 poderá já ir encaminhando as providencias. O Conselheiro Rodrigo Otávio disse que em
31 seu escritório todos os advogados já pagaram as anuidades de dois mil e quinze, mas
32 constam como inadimplentes, inclusive quem pagou integralmente, e não em parcelas,
33 solicita providencias para que seja corrigida essa falha, para evitar constrangimento no
34 dia das eleições, o Diretor Tesoureiro Pompílio Lustosa esclareceu que até dois mil e
35 quatorze está tudo regularizado, mas que em relação a dois mil e quinze a checagem dos
36 pagamentos é manual, porém a anuidade, ou parcelas, referentes ao ano de dois mil e
37 quinze não será computada para a eleição, apenas as dos anos anteriores, o Conselheiro
38 Sergio Dantas disse que em dois mil e treze estava constando como inadimplente, mas
39 foi corrigido a pedido dele. O Vice-Presidente Rubens Dário informou que em breve
40 teremos uma lista com todas as informações sobre os eleitores, que é pequeno o número
41 de advogados que já pagaram as anuidades e constam como inadimplentes, o
42 Conselheiro Antônio Ianovich sugere que essa lista tenha publicidade maior, o
43 Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse que essa lista pode causar constrangimentos,
44 como ocorreu em Mato Grosso do Sul, o Conselheiro Fernando Rezende pediu que não
45 seja divulgada essa lista contendo informação de inadimplência, que não pode ser
46 publicada, pode causar problemas enormes, o Vice-Presidente Rubens Dário informou
47 que essa lista é do colégio eleitoral, que o nome que lá não estiver não necessariamente
48 será por inadimplência, que o advogado deverá procurar a Ordem para verificar o motivo
49 da ausência, o Conselheiro Rodrigo Otávio falou sobre a venda dos lotes da OAB/TO em
50 Palmas, que foi passado por esse Conselho a autorização para a venda desses bens, que
51 o dinheiro foi aplicado em algumas obras, pede que seja digitalizada a documentação
52 relativa e a essa venda e disponibilizada aos Conselheiros. O Conselheiro Federal Gedeon
53 Pitaluga pediu que seja analisado com parcimônia essa campanha do Ministério Público
54 Federal, principalmente os dez itens, um deles trata de prisão preventiva como meio de
55 obtenção de provas, em outro utiliza eufemismo de adequação de nulidades processuais,



1 pois isso é meio de defesa e deve ser preservado, o Conselheiro Antônio Ianovich disse
2 que essa prisão fere a Constituição Federal, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que
3 estudaremos esse tema antes de levar avante o apoio da OAB/TO, designou o
4 Conselheiro Antônio Ianovich para encampar o tema e sugerir as alterações, trazendo o
5 estudo na próxima sessão, o que foi aceito por ele, o Conselheiro Federal Gedeon
6 Pitaluga retomou o tema dos pagamentos das anuidades, reiterou a preocupação do
7 Conselheiro Rodrigo Otávio, pois poderá influir nas eleições, que qualquer problema
8 poderá ser mal interpretado, que o problema no nosso sistema de dados deve ser
9 resolvido, propõe que o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra solicite junto ao Conselho
10 Federal a liberação de recursos para sanar definitivamente esses problemas no nosso
11 sistema de dados e assim sanar os problemas com informações falsas de inadimplência,
12 concorda com o posicionamento do Conselheiro Rodrigo Otávio sobre a venda dos lotes
13 em Palmas, o Conselheiro Célio Moura agradeceu os colegas pela profícua sessão,
14 convidou todos os conselheiros e advogados para irem a Araguaína amanhã, para a
15 inauguração do clube do advogado e baile do rubi de Araguaína, que devemos nos
16 manter unidos nesse processo eleitoral, eleição passa e nós ficamos. O Presidente da
17 CAATO Marcelo Wallace disse que a transparência é necessária, apóia a idéia do
18 Conselheiro Rodrigo Otávio, com relação a solicitação da Conselheira Dorema Costa,
19 sobre a Unimed, disse que já notificou diversas vezes a empresa, como alternativa temos
20 o convenio com o Bradesco Saúde, que muitos colegas preferem continuar na Unimed, a
21 Conselheira Dorema Costa entende que a Comissão de Direito do Consumidor pode
22 entrar com ação civil pública contra a Unimed, o Presidente da CAATO sugeriu marcar
23 uma reunião com Dra. Priscila Martins para tratar do tema, comunicou que na próxima
24 semana teremos vacinação contra gripe para os advogados, o Conselheiro Alex
25 Hennemann apóia a preocupação do Conselheiro Rodrigo Otávio, disse que já fez dois
26 requerimentos à Diretoria para obter essa informação e ainda não teve repostas. O
27 Conselheiro Antônio Ianovich solicitou informações sobre esse processo, se já foi
28 vendido, o que foi feito do dinheiro, etc. O Vice-Presidente Rubens Dário disse que esses
29 esclarecimentos estarão nas informações escritas que serão distribuídas aos
30 Conselheiros. O Conselheiro Federal Carlos Augusto Pinheiro informou sobre a
31 aprovação das novas Varas do Trabalho pelo CNJ, solicitou empenho para a aprovação
32 no Congresso Nacional. Em seguida o Vice-Presidente Rubens Dário agradeceu a
33 presença de todos e declarou encerrada a sessão. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint
34 Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados
35 do Brasil, lavrei a presente Ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos
36 presentes.

37
38
39
40 **Dr. Eptácio Brandão Lopes**

41 Presidente

42
43
44 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**

45 Secretário-Geral
46